



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 9/2015:

Aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2016.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 9/2015

de 29 de Dezembro

O Orçamento do Estado para o ano de 2016 materializa a política financeira do Estado, é a expressão financeira do Plano Económico e Social para o ano de 2016 e operacionaliza o Programa Quinquenal do Governo 2015-2019.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 179, da Constituição, a Assembleia da República determina:

ARTIGO 1

(Aprovação)

É aprovado o Orçamento do Estado para o ano de 2016.

ARTIGO 2

(Limites orçamentais e sua fundamentação)

Constituem limites do Orçamento do Estado para o ano de 2016, os constantes dos seguintes mapas, em anexo, tomando em consideração a respectiva classificação orçamental:

- Mapa A - Equilíbrio Orçamental;
- Mapa B - Receitas, por Nível;
- Mapa C - Despesas para Funcionamento e Investimento, por Nível;

- Mapa D - Demonstrativo por Prioridades e Pilares do Programa Quinquenal do Governo;
- Mapa E - Despesas para Funcionamento segundo a Classificação Orgânica e de Grupo de Despesa (Nível Central);
- Mapa F - Despesas para Funcionamento segundo a Classificação Orgânica e de Grupo de Despesa (Nível Provincial);
- Mapa G - Despesas para Funcionamento segundo a Classificação Orgânica e de Grupo de Despesa (Nível Distrital);
- Mapa H - Despesas para Investimento, segundo a Classificação Orgânica e a Origem de Financiamento (Nível Central);
- Mapa I - Despesas para Investimento, segundo a Classificação Orgânica e a Origem de Financiamento (Nível Provincial);
- Mapa J - Despesas para Investimento, segundo a Classificação Orgânica e a Origem de Financiamento (Nível Distrital);
- Mapa K - Transferências Correntes às Autarquias;
- Mapa L - Transferências de Capital às Autarquias.

ARTIGO 3

(Montantes globais do orçamento)

1. O Governo deve assegurar a arrecadação de receitas, deduzidos os reembolsos do IVA, no valor total de 176.409.168,36 mil Meticais, assim distribuídas:

- Receitas correntes 173.221.765,66 mil MT:
 - Tributárias 165.644.124,65 mil MT;
 - Contribuições Sociais 3.118.393,32 mil MT;
 - Patrimoniais 380.732,53 mil MT;
 - Exploração de Bens de Domínio Público 548.346,67 mil MT;
 - Venda de Bens e Serviços 3.347.570,61 mil MT;
 - Outras Receitas Correntes 182.607,88 mil MT.
- Receitas de Capital 3.187.402,70 mil MT:
 - Alienação do Património do Estado 3.187.402,70 mil MT.

2. As Despesas do Estado estão fixadas em 246.070.425,48 mil Meticais, assim discriminadas:

- Despesas de funcionamento 136.159.334,87 mil MT;
- Despesas de investimento 83.865.494,61 mil MT;
- Operações financeiras 26.045.596,00 mil MT.

3. O montante do défice orçamental é de 69.661.257,12 mil Meticais.